

52086

Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)

Simone Lucena Cordeiro
organizadora

Arquivo Público do
Estado de São Paulo

Imprensa oficial

Sumário

Apresentação

Carlos de Almeida Prado Bacellar

7

O passado ilumina o presente e o futuro

Dilma Seli Pena

9

Sobre o Relatório da Comissão de exame e inspecção das habitações operarias e cortiços no Districto de Sta. Ephigenia, de 1893

Simone Lucena Cordeiro

11

Sanitarismo e configuração do espaço urbano

Maria Stella Bresciani

15

Os cortiços no distrito de Santa Ifigênia (1893)

Maria Alice Rosa Ribeiro

39

Da “Chaga Oculta” aos dormitórios suburbanos: notas sobre higiene e habitação operária na São Paulo de fins do século XIX

Jaime Rodrigues

79

Relatório da Comissão de exame e inspecção das habitações operarias e cortiços no districto de Sta. Ifigênia

91

Código Sanitário de 1894

183

Merúrio e S. Vito: degradação de pé.

Ações judiciais impedem a demolição dos prédios e detêm o processo de revitalização do Parque D. Pedro II
(O ESTADO DE S. PAULO, 2008a)

Colapso do lixo atinge 67 cidades de São Paulo. Nove terão de fechar os aterros; prefeituras alegam "perseguição".
(O ESTADO DE S. PAULO, 2008b)

Antigos problemas. Velhas soluções?

Duas indagações correlatas percorrem este artigo no intuito de estabelecer a importância das questões sanitárias na configuração do espaço urbano: quais as implicações das noções e das ações sanitárias para a formação do campo conceitual do Urbanismo como disciplina que se propõe a planejar a organização e a expansão das cidades? Quais os saberes implicados na formação desse campo conceitual e dessa disciplina eminentemente operativa?

O texto estrutura-se em dois eixos:

No primeiro, apresento as preocupações com a "questão sanitária" em São Paulo a partir da eclosão da epidemia de febre amarela e de cólera na cidade de Santos e em cidades do interior do estado no início da década de 1890, dando início a uma avaliação mais ampla da cidade, de seus bairros e das diversas e necessárias intervenções saneadoras de dessecação de áreas pantanosas ou sujeitas a frequentes enchentes, e à implantação em rede do abastecimento de água e coleta de esgoto.

No segundo, estabeleço um recorte no campo do sanitário para mostrar como as moradias para a população de baixa renda (ou "casas proletárias") compõem parte importante do campo das medidas sanitárias constitutivas do urbanismo, cuja permanência se dá a despeito de sua transcrição em preceitos técnicos da engenharia e da arquitetura.

Busco, assim, conduzir o texto na direção da fundamental importância das questões sanitárias na formação do saber urbanístico que se estrutura no decorrer do século XIX sobre a base de ações intima-

mente vinculadas à medicina higienista e à engenharia sanitária e que, contudo, recebe aportes de outras áreas, tais como a filosofia política e a filantropia, até se configurar como corpo de conhecimentos de dimensão internacional e receber, no início do século XX, a denominação "urbanisme", "urbanismo", "Town Planning", embora o termo "urbanização" já esteja presente em 1858 no projeto de Ildefonso Cerda para a expansão de Barcelona.

Esse procedimento permite-me, por fim, avançar pela trilha dos entrecruzamentos da formação interdisciplinar dessa área e da apropriação de seus preceitos compostos pelo Urbanismo - enquanto disciplina que se define nas décadas iniciais do século XX como ciência e técnica sistematizada de intervenção urbana -, cujos preceitos constituem-se e difundem-se em âmbito internacional, assumido como profissão no sentido de se constituir em rede de especialistas em busca de uma linguagem comum para uma disciplina cujo caráter é, sobretudo, operativo ou pragmático nas palavras de Donatella Calabi (2000, p. 20-21)¹.

São Paulo – Cidade de [agudos] contrastes

A cidade de São Paulo é um palimpsesto – um imenso pergaminho cuja escrita é raspada de tempos em tempos, para receber outra nova, de qualidade literária inferior no geral. Uma cidade reconstruída duas vezes sobre si mesma, no último século. (TOLEDO, 1983, p. 69).

Com essas frases o arquiteto e professor Benedito Lima de Toledo apresenta os argumentos com os quais tece comentários às transformações urbanísticas e arquitetônicas da capital paulista entre finais do século XIX e no século XX. Suas palavras repetem observações de inúmeros viajantes brasileiros e estrangeiros que passaram pela cidade, mas também de moradores, cronistas, memorialistas e autoridades públicas. Formam hoje um lugar-comum que merece ser examinado. Essas palavras remetem ao crescimento da cidade em termos físicos e populacionais numa escala inusitada, a planos de expansão, e, principalmente considerando as décadas iniciais da República, remetem a preocupações com a reificação de ruas e cursos d'água, com o saneamento e a urbanização de áreas – como a Várzea do Carmo e o Vale do Anhangabaú –, e com a adoção de medidas sanitárias e de regulamentação de edificações sediadas em diversos bairros antigos e novos, em particular as destinadas à população operária.

Dentre os viajantes, Henrique Raffard, carioca e filho do cônsul-geral da Suíça, visita São Paulo em março de 1890, três anos antes da comissão de especialistas efetuar a inspeção dos cortiços de Santa Ifigênia, e tece elogios ao “incrível desenvolvimento” da cidade.

Raffard volta à “Pauliceia” após uma ausência de quase cinco anos e dedica quinze dias a percursos pelos “quatro pontos cardiais da cidade.” Para qualificar o que vê, escolhe transcrever uma observação de Rui Barbosa:

São Paulo é a expressão do espírito *yankée* e perfurada pela graça do gosto italiano. Triplicada em população e opulência, no espaço de poucos anos, esta cidade está destinada a ser a mais magnífica de toda a América Meridional. Este desenvolvimento maravilhoso e incomparável será bastante rápido, eu o espero, para aqueles que como eu conheceram a antiga cidade acadêmica, escondida atrás das suas rótulas e dos seus mosteiros [...] (RAFFARD, 1977, p. 14).

Confirma os elogios ao comentar o “Passeio Público, constantemente embelezado”, coloca as “magníficas casas” que vê percorrendo ruas do bairro de Santa Ifigênia em franco contraste com as más condições das moradias operárias também sediadas nesse bairro. Sobre essa área denominada Bom Retiro, habitada quase exclusivamente por famílias operárias (indica contarem cerca de quatro mil pessoas), ele diz ser “de lastimar que não se tenham melhor preparado os terrenos [...] para evitar que águas pluviais fiquem retidas em alguns lugares”. Crítica também o mau alinhamento das construções e menciona, sem se deter, as lamentáveis condições dos terrenos da Várzea do Carmo contíguos ao Bom Retiro, sublinhando a urgente necessidade de saneamento, de modo a tornar mais cômoda a comunicação com o distrito do Brás (RAFFARD, 1977, p. 18-19).

Decorridos dez anos, outro carioca, Alfredo Moreira Pinto, vem também em visita de quinze dias à capital paulista. Suas observações sobre o impacto causado na cidade, após trinta anos de ausência, agregam qualificativos às imagens compostas por Raffard em 1890 e sublinham o contraste entre o centro e a região que se estende para além da Praça da República, alcançando a Avenida Paulista e os novos bairros de Higienópolis e do Brás, área adjacente à Estação do Norte:

Era então S. Paulo uma cidade puramente paulista, hoje é uma cidade italiana!!

S. Paulo, quem te viu e quem te vê!

[...]

Não posso mais dar-te o tratamento de tu: fidalga como és merece hoje o tratamento de *excellencia*. Está V. Ex. completamente transformada, com proporções agigantadas, possuindo opulentos e lindíssimos prédios, praças vastas e arborizadas, ruas todas calçadas, percorridas por centenares de pessoas [...]; bellas avenidas, como a denominada Paulista, encantadores arrabaldes como os Campos Elystios, a Luz, Santa Cecilia, Santa Ephygenia, Hygienopolis e Consolação, [...] comercio activissimo, luxuosos estabelecimentos bancarios, centenares de casas de negócios e as locomotivas soltando seus sibilos progressistas [...]

A cidade e arrabaldes são iluminados á gaz e á luz electrica, abastecidos de excellente agua derivada da serra da Cantareira, possuindo tambem um bom serviço de esgotos. (PINTO, 1979, p. 7-10 e 25).

Fora, contudo, o aspecto da área próxima à estação do Norte da Estrada de Ferro Central do Brasil que lhe causara má impressão logo em sua chegada à cidade. Em vivo contraste com as entusiásticas afirmações sobre as avenidas e alamedas, os bairros novos com seus “ricos palacetes”, o Viaduro do Chá entendendo “a cidade velha” para o centro novo, o Bairro do Brás é por ele descrito como “arrabalde muito populoso, mas que não prima pelo asseio, nem pela beleza de seus prédios particulares”, tendo “uma extensa varzea muito maltratada” a separá-la da “cidade em um alto com os fundos das casas voltados para o viajante” (PINTO, 1979, p. 24-25).

Moreira Pinto, tal como Raffard, percorre os quatro pontos cardeais da cidade e compõe suas avaliações sobre as condições físicas a partir da noção de progresso quando se refere às atividades econômicas e as interliga a preceitos sanitários que, por sua vez, também apoiam suas concepções estéticas. Assim, se as ruas da “cidade velha” apresentam desigualdade nas edificações, umas altas, outras baixas – não “obedecendo a um plano estético” –, diz que, contudo, “o aspecto não é feio” por nelas sentir “a vida e a animação das grandes cidades européas”. O Palácio do Governo igualmente merece avaliação negativa no plano estético – “um edifício antigo, baixo, sem simetria na sua fachada e de baixo do ponto de vista arquitetônico uma verdadeira monstruosidade” –, porém a parte interna recebe elogios pelas suas salas “bem iluminadas, arejadas e suntuosas”, elogios não extensivos, por exemplo, à “sua antiga Faculdade de Direito”, alojada no mesmo “pardiello, sem achitectura, sem o

mais ligeiro gosto estético, sem asseio, com as paredes esburacadas, ennegrecidas, [...] patões onde viceja abundantemente a relva”. Já os edifícios da Escola Normal, do Museu Paulista e da Escola Politécnica são listados entre os que foram projetados com “gosto estético” e a eles soma avaliações positivas sobre as Secretarias da Justiça e de Agricultura e a Thesouraria de Fazenda: a primeira pelo “estilo dórico-romano”, a segunda pelo “estilo Renascimento”, e a última por ter suas fachadas “filhadas à ordem coríntia” (PINTO, 1979, p. 71-85, 106-111, 114-119).

As observações de Alfredo Moreira Pinto indicam a ampla difusão entre a população com formação acadêmica de preceitos sanitários e concepções estéticas filiadas a teorias arquitetônicas, conhecimentos que também podem ser encontrados nas páginas dos jornais operários e em abaixo-assinados dirigidos às autoridades municipais por moradores contrariados por considerarem as medidas tomadas para com os problemas urbanos incorretas. Caso exemplar de abaixo-assinado dá-se, nesse mesmo ano de 1900, em relação ao calçamento da Avenida da Intendência (atual Celso Garcia), cuja largura alegam os interessados não corresponder à necessidade do fluxo do trânsito a que se destina:

[...] a avenida da Intendência é incontestavelmente a rua de maior movimento da capital; a principal arte-ria de sua circulação. Tem um transito que não cessa, uma vida que não se altera; pela noite á fora, passam por ella disputando logares nos mercados publicos transportes carregados de generos; durante o dia, ao lado de seu constante trafego de bonds, se sucedem

n'uma frequencia animadora os condutores de materiais para construccão, dos productos das fabricas visinhas, e os intermediarios de todas as relações da Penha, Guarulhos, Nazareth, Santa Izabel, com a capital.

Ao afirmarem que a largura da rua deve ser proporcional ao desenvolvimento da circulação que nela ocorre, baseiam seus argumentos em afirmações do médico sanitarista francês e organizador da *Encyclo-pédie d'Hygiène et de Médecine Publique* publicada em 1891, Dr. Jules Rochard, e de Jules Arnould, autor de parte significativa do Livro III daquela obra, o qual era dedicado à *Hygiène Urbaine* (ROCHARD, 1891)². O parecer ao abaixo-assinado vem redigido pelo diretor da “Secção de Obras”, o engenheiro Victor da Silva Freire, que, nos argumentos em defesa do projeto da Prefeitura, utiliza dispositivos do código inglês de higiene pública, expõe seu amplo domínio do assunto ao citar exemplos de códigos de cidades europeias e da capital argentina, além de analisar detalhadamente as dimensões de ruas como a *Rivoli* parisiense e a *Regent's Street* londrina.

Victor da Silva Freire, que, entre 1899 e 1926, ocupou sucessivamente cargos diretivos da Secção, da Diretoria e da Secretaria do Município responsável pelas Obras Públicas, manteve como procedimento responder aos requerimentos de proprietários e empreendedores envolvidos com “obras de melhoramentos”³. Em 2 de fevereiro de 1903, ele daria parecer contrário à lei que autorizava prorrogar a concessão dada a Jules Martin para a construção de uma galeria de cristal na Travessa do Comércio com a justificativa de que

“o requerente não apresenta idoneidade requisitada para uma concessão dessa ordem”; em 12 de janeiro de 1908, manifestou-se contra as modificações, solicitadas por proprietários de companhias de comércio e agentes bancários, relativas aos planos da Prefeitura para ruas do triângulo central. Embora nem sempre os requerentes tenham obtido resposta favorável a seus pedidos, como mostra Josianne Cerasoli, os abaixo-assinados foram frequentes e indicam a ativa participação dos habitantes nos assuntos de interesse privado ou coletivo⁴.

Se nos textos de cronistas e memorialistas, bem como nas memórias de antigos moradores da cidade, os preceitos sanitários e estéticos são dispostos de modo mais difuso, nos jornais operários são expressos de forma contundente. A *Folha do Braz* tem na primeira página de 29 de outubro de 1899, ano 3º de sua publicação, artigos dos mais combativos em relação à saúde pública. O articulista, sob o pseudônimo Hypocrates, discorre sobre a ameaça à capital paulista da “Peste Bubônica”, ativa na cidade portuária de Santos, artigo seguido por outro, “Hygiene do Braz”, em que vem transcrita a expressão “Melhor é prevenir que curar, lá diz a verdade científica”. Nele, o autor enfatiza a necessidade de “Hygiene, muita hygiene, rigorosissima – eis o ‘serum’ infallível contra a medonha peste”, o “mal indiano”. Preocupado com as más condições de limpeza do bairro, diz:

Que vale a hygiene superficial num bairro essencialmente sujo em cujo oceano de pó se concentram os microbios de mil molestias? Que vale a hygiene num bairro cujas ruas empestam-se aos gazes emanados

de eternos locadaçaes? Que vale a hygiene num bairro, cujas casas na maioria cortiços acolitam innumeras pessoas?

Na sequência, em artigo dedicado desta feita a outro assunto sanitário, “A remoção do lixo”, as observações abrangem toda a cidade:

O vergonhoso aspecto que apresenta esta capital, como os asquerosos receptáculos de lixo todas as manhãs expostos à porta das casas as mais modestas, bem como dos palácios os mais suntuosos, está clamando por uma medida que ponha termo a tão barbaro costume. [...] impetando o ambiente com as suas mephticas exhalações.

Em sucessivas edições, a *Folha do Braz* mantém sua luta contra a peste bubônica, manifesta-se contra os procedimentos de remoção do lixo e da hygiene pública, demonstrando, em artigo de 5 de novembro de 1899, ter informações atualizadas sobre o assunto debatido em congresso internacional de hygiene ocorrido em Paris, em que os “professores Richard e Grancher atribuíram a insalubridade à poeira proveniente das demolições e dos grandes trabalhos de aterro”⁵. Os “Cortiços em S. Paulo” constituem matéria da primeira página desse jornal no dia 12 de novembro daquele ano. Sempre trazendo à baila a ameaça da “invasão pestosa” pede “medida de maior alcance higienico” para “atender com particular cuidado esses incalculaveis antros de infecção a que chamamos geralmente ‘casa

de habitação collectiva’ ou mais precisamente ‘cortiços’”. Questões relativas a obras de infraestrutura são frequentes nas páginas desse jornal. Notícia referente às obras de instalação do sistema de coleta de esgotos⁶ indicava a correta atuação da administração municipal que solucionava dois outros problemas, temas de queixas constantes na *Folha do Braz*, pois o bairro ganhara, em 1899, calçamento de quase todas as suas ruas “extripadas muitas imundicies que por aqui existiam”. Afinal, como dizia o articulista em 8 de outubro de 1899:

O Braz, este populoso e adiantado arrabalde, onde primeiro pisam aquellos que vêm admirar a belleza destas plagas e o nosso passo accelerado na vanguarda do progresso, ha muito tempo reclamava a attenção da Camara Municipal, para o completo desprezo em que o deixava.

A Câmara Municipal, entretanto, já mostrava preocupação com a urbanização dessa área sujeita a frequentes inundações e lançou edital a 15 de fevereiro de 1889 para abrir concorrência para projetos de “obras de saneamento e aformoseamento da Várzea do Carmo”. Em resposta ao edital, duas propostas haviam sido encaminhadas e delas constava como objetivo principal “dar a esta cidade um serviço de saneamento [...] e dotar esta capital com augmento extraordinario de área propria para edificar-se e desenvolver-se seu commercio e industria”. A escolha de um dos projetos instaurou um longo debate, cujo desfecho foi o parecer negativo da Comissão de Justiça

da intenção que considerou ilegal a iniciativa da Câmara de alienar bens que escapavam do seu direito de propriedade dando início a obras “attentatorias dos direitos do povo si aquelle campo fosse realmente logradouro publico”⁷.

Em 31 de janeiro de 1901, a *Folha do Braz* repetia observação semelhante à do carioca Alfredo Moreira Pinto sobre a área ribeirinha ao Tamanduareí. Queixava-se do menosprezo da Câmara Municipal em relação ao Brás e indagava:

Qual o arrabalde de mais futuro, de mais prosperidade, que o nosso? Qual, dos outros, contribue com maior quota para o erario publico? Nenhum! E, no entanto, nada merecemos, nada guardamos de bello, de decente ao menos, com que possamos vangloriar-nos. Saneamento, calcamento estacionário. Só, agora, a estrada que atravessa a várzea do Carmo está merecendo reparos precisos e assim mesmo, depois de muita ceulema, muita reclamação, por parte da imprensa.

Solicitações dos cidadãos referentes a temas sanitários ganham a seção de “Queixas e Reclamações” em jornais da grande imprensa, como o *Estado de São Paulo*⁸ que, simultaneamente, publica matérias assinadas em defesa da importância da boa aplicação das rendas públicas e da obtenção de empréstimos para executar obras condizentes ao “S. Paulo moderno”. Nesse sentido, vários artigos do ano de 1910 contêm opiniões sobre as construções do Viaduto Santa Ifigênia e do Paço

Municipal, a conclusão do Teatro Municipal, a construção de um mercado que substituisse o de São João, o alinhamento de ruas centrais. No dia 7 de dezembro de 1910, concedia espaço na página quatro para pessoas que, como João M. de Sampaio Vianna, R. Duprat e Armando Prado, advogavam ser atribuição da administração da cidade ir além de calçar ruas, ajardinar praças e arborizá-las: “Ao poder publico cabe modernisar uma cidade, rasgando avenidas, dilatando as suas praças, construindo jardins, embellezando as suas ruas e não simplesmente limitar-se a obras de conservação [...]”. É significativo ter, alguns dias antes, o mesmo jornal publicado sob o título “As avenidas de São Paulo” informações do “projecto das três grandes avenidas que um syndicato de capitalistas se propõe a construir nesta capital”. Essa iniciativa mereceu rasgados elogios do redator, em cuja opinião “São Paulo, uma vez posto por obra o projecto que se vê ou qualquer outro que se lhe approxime e que lhe conserve as linhas geraes, ficará sendo uma das primeiras cidades do mundo”⁹.

Descontados os aspectos estritamente técnicos do saber higienista de médicos e engenheiros, pode-se dizer que os preceitos da “questão sanitária” encontravam-se largamente difundidos entre a população. Até o *Dicionario de medicina popular e das sciencias accessorias para o uso das familias* ganhara, em 1890, sua 6ª edição e, ao tratar da palavra “habitação”, discute sobre as responsabilidades da medicina quanto à diminuir os inconvenientes criados pelo crescimento das cidades (CHERNOVIZ, 1890).

A cidade do saber especializado

É, contudo, nos relatórios, planos, projetos e escritos dos profissionais higienistas que se encontram definidos de forma contundente os pressupostos da “Questão Sanitária” em suas várias facetas. O reconhecimento das más condições sanitárias de certas áreas da cidade e, em particular, das péssimas condições de asseio das moradias coletivas constitui presença constante nos relatórios de autoridades médicas desde pelo menos 1885, quando o médico da Câmara, Dr. Eulálio da Costa Carvalho, dirige-se à Comissão de Justiça alertando-a da necessidade de normas que estipulassem critérios para a demolição de cortiços “julgados inconvenientes ou prejudiciais à saúde dos seus habitantes” e, ao mesmo tempo, orientassem a manutenção da hygiene dos existentes e dos que ainda fossem construídos. Coube ao engenheiro da Câmara, Luiz Cesar do Amaral Gama, propor em relatório normas de construção para moradias para a população de baixa renda, no qual deixa clara sua posição amplamente favorável à extinção dos cortiços existentes, proibindo que fossem construídas novas “casas de moradia comum”.

Questões pontuais, em parte marcadas pelas epidemias que, desde meados do século, constituíam ameaças à população urbana, como o cólera na década de 1850 e a febre amarela nas décadas finais do século, e ao rápido crescimento da cidade, haviam dado lugar à criação da Inspectoria de Saúde Pública em setembro de 1851 e da Repartição de Obras Públicas em fevereiro de 1877. A correlação entre o meio ambiente

e a saúde da população estabeleceu e manteve a reciprocidade de atuação entre essas duas repartições públicas em vários momentos. Em 1886, era editado o *Código de Posturas do Município de São Paulo* que, em seus 318 artigos, definia normas para abertura de ruas, praças e largos, estabelecia a numeração obrigatória das casas e dedicava 11 artigos do Título II às edificações. Além de estabelecer coordenadas para os elementos externos às construções, tais como largura, declividade e material a ser empregado no calçamento dos passeios fronteiros às edificações, alinhamento obrigatório e nivelamento do terreno, o Código também impunha normas sobre a própria edificação. As prescrições do *Padrão Municipal*, transcritas em itens do Código, definiam a qualidade do material e estabeleciam o padrão construtivo: altura dos cômodos e das porções, dimensões das janelas, colocação de canos no interior das paredes. Entretanto, como observa Carlos Lemos, o Código de 1886 mantém a possibilidade e até regulamenta a construção dos cortiços, de modo a sugerir a difícil tarefa de contrariar interesses dos que investiam nessa modalidade de habitação¹⁰. Os regulamentos sobre os cortiços constam dos sete parágrafos do Artigo 20, no qual se define o tratamento a ser dado ao solo, as dimensões do lote e das edificações, para as quais se estipula as aberturas de janelas e portas, altura do teto e elevação do solo correspondentes às necessidades de ventilação e de isolamento da umidade. O Código prescreve, inclusive, no Artigo 21, a multa para os contraventores (SÃO PAULO, 1886).

Nos primeiros anos do regime republicano, as epidemias de febre amarela e de cólera-morbo em ci-

dades do interior paulista e na cidade de Santos põem em alerta as autoridades públicas, que estabelecem programas de “visitas domiciliares” em áreas consideradas críticas. A partir da década de 1880, grandes levadas de imigrantes impulsionaram o crescimento da cidade que, em 1886, passa a contar com 44.030 habitantes, concentrados em sua significativa maioria nos distritos centrais da Sé, Santa Ifigênia e Consolação. Dobrara, portanto, o número de pessoas em comparação ao censo de 1872, que avaliara em 23.243 o número de habitantes na cidade. A explosão demográfica dar-se-ia nos anos subsequentes: 1890, com 64.934, e 1893, com 192.409 habitantes (MORSE, 1970, p.238)¹¹. Na virada do século XIX para o XX, a população da cidade seria estimada em mais de 200 mil pessoas.

Em 1893, como resposta às “constantes reclamações, ora pela imprensa, ora pelos particulares [...] exigidas pelo incessante crescimento desta cidade”, o intendente municipal designa uma comissão de especialistas para avaliar as condições higiénicas da “zona afetada pela epidemia de febre amarella”¹². No relatório encaminhado ao Prefeito Cesário Ramalho da Silva, os integrantes da *Comissão de exame e inspeção das habitações operarias e cortiços no districto de Sta. Ephigenia* apresentaram em detalhes as más condições sanitárias de determinadas ruas e casas desse bairro. A situação de emergência autorizava-os a adentrar o espaço privado das habitações “em bem da hygiene urbana”, pois, como enfatizavam os inspetores, a área constituía “ponto vulnerável do systema de defeza”. E mais, reivindicavam em nome da hygiene pública o poder e o dever das autoridades governa-

mentais de “em certos casos supprimir garantias” e até “mandar demolir, retrocar e reformar” sem obrigação, em certas circunstâncias, de indenizar o proprietário. As primeiras observações reproduzem a avaliação feita por Raffard, em 1890, quanto às características do que fora a “antiga bacía lacustre”, já então aterrada e coberta de construções:

Ahi a depressão do terreno no interior dos quarteirões é uma bacía rodeada pelo aterro das ruas, cujo calçamento fica de ordinário mais alto do que a área dos quintaes.

A drenagem superficial é assim imperfectissima sem o concurso de um bom serviço de exgottos.

A humidade copiosa do terreno, não raro, fórmanestes terrenos deprimidos, pequenas lagôas que as aguas pluviaes alimentam e que só desaparecem pela acção do calor solar.

Em mais de um ponto a drenagem é mesmo impossivel por se achar o encanamento do exgotto em nivel superior. Em outros sítios a carga adicional de agua no tempo de chuva faz refluir da rede de exgotto matérias ahi contidas ou retardadas, o que demonstra as condições desfavoráveis em que essa rede funciona.

Em seu relatório, a Comissão, coordenada pelo engenheiro Luis Cesar do Amaral Gama e formada por seu colega Theodoro Sampaio e três médicos, utiliza expressões que conjugam noções técnicas a figuras de linguagem. Assim, se suas avaliações iniciam-se afirmando do ponto de vista técnico a necessidade impositiva de “um plano de saneamento”, de “manter

em nível elevado a hygiene [...] [e] cuidar da *unidade urbana* a habitação”, é a elas adicionada uma metáfora de grande poder imagético e persuasivo ao nomearem o objeto da inspeção “essa chaga oculta no coração da cidade” posta em relevo pelas visitas aos domicílios por eles qualificada como parte da ação governamental para “salvar a cidade”. Várias são as denominações para designar essas moradias coletivas: “habitações comuns, estalagens, cortiços, hotéis de 3ª ou 4ª ordem”, casas de dormida, prédios transformados em hospedaria, vendas e tascas, quasi todas com aposentos no fundo para aluguel.”

As palavras mostram, da parte da Comissão, o claro entendimento de duas esferas de atuação do “poder público” a respeito da organização do espaço físico urbano: realizar as obras de saneamento, que denominam “hygiene defensiva”, ou seja, aquela que não se limita a tratar os efeitos das más condições de hygiene, mas que procura a elas se antecipar por ação preventiva, legislar e regulamentar a construção e locação de prédios com base nas “leis da hygiene”. Conjugam, portanto, o conhecimento especializado de duas formações – Medicina Higienista e Engenharia Sanitária –, o que autoriza esses profissionais a avaliar em termos técnicos as condições higiénicas das habitações operárias. Há, entretanto, uma outra dimensão subjacente ao objetivo almejado: “um regime especial de policia e de hygiene”, ou seja, obter pelas disposições técnicas e pelas leis “as transformações que a hygiene impõe e a policia deve exigir”. Dimensão intimamente relacionada a preceitos higiénicos e morais a serem exigidos do comporta-

to de locadores e locatários. A definição da área de competência do poder público e dos objetivos indica o pleno conhecimento e a adoção dos pressupostos da “questão sanitária”¹³. A intenção sanitária de teor disciplinar, que já consta das Posturas Municipais da primeira metade do Oitocentos, mantém-se reforçada e compõe um dos elementos da base do saber urbanístico (BÉGIN, 1991, p. 39-54).

Preocupados com as péssimas condições sanitárias dos cortiços e demais habitações coletivas dessa área bastante populosa e próxima ao “centro velho” da cidade, os inspetores percorrem casa a casa e anotam minuciosamente em fichas os nomes dos proprietários e de seus respectivos inquilinos. Não se limitam a descrever a situação, mas também apresentam propostas de demolição ou de reforma, em vista da situação de cada edifício, e propõem duas plantas para “habitações operarias de caracter urbano” (uma delas define inclusive “o minimo das construcções deste genero toleradas dentro da cidade”), e uma planta para “as villas operarias” a serem construídas em “terrenos fóra da cidade”. Estabeleciam, assim, um parâmetro que viria a ser elemento de conflito entre higienistas e engenheiros civis.

O *Relatório* apresenta ainda outro item de grande importância para a constituição do urbanismo enquanto prática de projetar e intervir na configuração do espaço urbano: o da especialização de áreas da cidade para determinadas ocupações. Pode-se mesmo sugerir uma proposta de pré-zoneamento expressa no final do Capítulo VII – “Do typo das habitações e villas operarias a adoptar”, longamente exposta no VIII – “Da situação das villas operarias”. Em suma, prag-

maticamente os especialistas estabelecem condições mínimas para a construção ou reforma dos cortiços em bairros urbanos e já dispõem a localização para as villas operárias, “de preferência, nos subúrbios em terrenos escolhidos e saneados”, com fácil acesso aos empregos por meio do transporte ferroviário ou, quando dentro do perímetro da cidade, a serem implantadas em “terrenos ainda desocupados no Bexiga, Bella Cintra, Pacaembu, Pary, Moóca e Cambucy”.

A leitura dos oito capítulos do *Relatório* de 1893 mostra que, ao estipularem as atribuições dos poderes públicos relativas ao controle das habitações operárias, os membros da Comissão detinham o pleno conhecimento das modernas práticas sanitárias difundidas internacionalmente por meio de projetos, soluções exemplares apresentadas em exposições, congressos, escritos teóricos, livros e artigos em revistas especializadas, manuais técnicos e demais publicações. Apoiada na teoria mesológica, de ampla adoção para as intervenções urbanas, a ação governamental amplia a área de sua responsabilidade, antes pontualmente restrita à realocação de cemitérios, hospitais e matadouros para áreas afastadas da parte mais urbanizada da cidade e ao cuidado de avaliar os lugares de implantação em relação à topografia e direção dos ventos¹⁴. Como forma de assegurar, ainda que precariamente, a entrada de luz e arnos cómodos, a Prefeitura exige, a partir de 24 de maio de 1893, supervisionar as plantas das casas a serem construídas como condição prévia ao fornecimento do necessário alinhamento no lote. Complementa desse modo leis que, já em 1871, haviam estipulado a exigência do

pedido de alinhamento feito à Câmara para as novas construções. O Governo do Estado, por sua vez, criava em 11 de novembro de 1891 três secretarias – do Interior, da Justiça, e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas –; a 23 de maio de 1892, formava uma comissão para a verificação das condições higiênicas dos prédios criando, a 18 de julho, o Serviço Sanitário do Estado (LEMOS, 1985, p. 29; DIAS, 1989, p. 36 e 52). Tratava-se da evidente reorganização administrativa dos estados e municípios nesses anos iniciais do regime republicano.

Como parte da reorganização administrativa, a Prefeitura estabeleceu, para efeito de cobrança de impostos, a divisão da cidade em quatro perímetros: o primeiro circunscrevia o Triângulo Central e o Centro Novo, estendendo-se até a Praça da República; em continuidade, o segundo perimetro comportava extensa área a leste e a oeste formava o terceiro perimetro, restando ao quarto uma área ainda em urbanização e definida a partir das linhas divisórias dos dois anteriores. Em ato subsequente ao *Relatório da Comissão*, de 1893, o Presidente do Estado de São Paulo decretava, a 2 de março de 1894, o *Código Sanitário*, cuja vigência se estenderia até 1911, quando o Serviço Sanitário do estado foi reorganizado (DIAS, 1989, p. 54 e 66).

O *Código de 1894* ganha, em seus 22 capítulos e 520 artigos, extensão e detalhes: dispõe sobre a abertura de ruas, praças e jardins, sobre a construção de habitações e edifícios destinados a uso público e deixa de regular hábitos e comportamentos pessoais (SÃO PAULO, 1894). Desaparecem as normas para os cuidados com criados, amas de leite e cocheiros, com o sossego

público e sobre injúrias e ofensas à moral, mas surgem 76 artigos no Capítulo II dedicado às “Habitações em geral”, dos quais 11 traduzem preceitos sobre o tratamento do solo anteriormente à construção e 16 artigos especificam as normas para o recobrimento do chão e paredes e os tipos de equipamentos destinados às latrinas. Dedicam-se o Capítulo III às “Habitações coletivas”, definindo-as como “edifícios destinados a conter permanentemente grande numero de habitantes”, e que deveriam ser “[construídas] fóra da aglomeração urbana”. Dessa categoria constam internatos, quartéis e prisões, para os quais estipulam a necessidade de jardins e pátios internos como “garantias higienicas”. Hotéis e casas de pensão merecem 12 artigos do Capítulo IV, especificado o número de locatários como proporcional à capacidade do edifício e a proibição de uso dos porões para moradas. Proibe-se também, no Capítulo V, dedicado às “Habitações das classes pobres”, a construção de cortiços e a sublocação de grandes casas para abrigar elevado número de pessoas e, no mesmo capítulo, estabelece-se o padrão de vilas operárias a serem construídas fora da aglomeração urbana, contando cada uma com suas próprias instalações higiênicas. Os cinco parágrafos do primeiro artigo do Capítulo VI definem as “habitações insalubres”, seguidos de mais dois artigos contendo prescrições sobre a reforma dos passíveis de saneamento e a demolição, caso a recuperação fosse considerada impossível (SÃO PAULO, 1894).

Preceitos da medicina higienista, já incorporados pela engenharia sanitária, ganham as páginas de publicações da área de engenharia civil. A *Revista de*

*Engenharia*¹⁵ traz em seu primeiro número, de 10 de junho de 1911, artigo dedicado às “Casas Operárias”. Ao se definir como “Publicação Mensal de Engenharia Civil e Industrial, Architectura e Agronomia” lista seus diretores e colaboradores, todos engenheiros, e justifica a iniciativa como intenção de cobrir no país a carência de “associações técnicas e publicações dedicadas à sciencia e à arte do engenheiro”, que “á exceção do Rio de Janeiro, com o Club de Engenharia, o Instituto Polytechnico e suas revistas scientificas” seria ainda a imprensa diária que acolhia e divulgava os trabalhos do profissional-engenheiro. É interessante assinalar, nas justificativas, o argumento da dispersão dos profissionais pelo extenso território brasileiro e, decorrente dessa situação, a “falta de coesão entre engenheiros” e a restrita “autoridade moral da profissão”. A crítica ao procedimento de “cada um de *per si* na pratica da profissão” visava explicitamente o “direito a seus serviços”, logo, uma questão crucial para o mercado de trabalho em formação.

Não por acaso, a frase inicial do artigo “Casas Operarias” introduz o conceito “casas economicas” acoplado ao de “habitação hygienica”, de modo a traduzir em preceitos da técnica construtiva da engenharia e da arquitetura os pressupostos básicos do higienismo. Atribuía-se à engenharia uma missão: a de desvincular o que Victor da Silva Freire denominaria, em 1917, a “Hygiene applicada” da “Hygiene abstracta”. Essa posição pragmática seria uma das bandeiras de luta dos engenheiros preocupados em compartilhar os baixos salários dos operários aos aluguéis das casas. O artigo não está assinado e pode-se aceitá-lo

como opinião comum dos responsáveis pela revista. Há neste duas diretrizes: 1- condena as “habitações coletivas” como único recurso frente à disponibilidade financeira do operário obrigado a confinar a família em um cômodo que lhe serve de dormitório e cozinha, numa situação de convívio “em viveiros de micróbios das moléstias que flagellam hoje todas as classes sociais”; 2- coloca lado a lado o contraste entre o interesse das autoridades públicas em torno dos “Melhoramentos da Capital Paulista”, que “com régua e compasso” traçavam avenidas e remodelavam a planta da cidade, e os poucos e honrosos resultados advindos da Lei nº 498, de 14 de dezembro de 1900, que permitia a construção de casas operárias fora do perímetro urbano mediante a concessão de determinados favores: isenção de impostos municipais, diminuição das exigências construtivas na qualidade, no gabarito e na definição da exigência mínima de três cômodos, incluindo entre eles a cozinha. Sobressai na opinião do redator certa repulsa às “verdadeiras vilas”, “grupos de casas” construídas pelo “capitalista” em retalhos de terrenos, fundos de quintais ou mesmo em grandes áreas de terreno de baixo custo. Em agosto daquele ano, no terceiro número, entre artigos bastante técnicos concernentes “a conservação do ferro nas construções em cimento armado” e “o custo da água impura” com os vários métodos e materiais para sua filtragem¹⁶, é inserida uma nota sobre as “casas operárias” na qual se demonstra, com o exemplo da vila operária projetada pelo engenheiro Regino Aragão, o “relativamente alto juro obtido pelos proprietários com tal emprego de seus capitais”:

Em artigos da *Revista de Engenharia* define-se, talvez pioneiramente em São Paulo, um programa para a construção de “casas econômicas” a serem adquiridas pelos operários, que assim ficariam livres dos alugueis escorchantes pagos aos proprietários em virtude da não existência de leis que estabelecessem limite para esses alugueis. E, portanto, no declarado objetivo de participar diretamente nos “negócios públicos” que os engenheiros, “com a sua técnica”, trazem para o debate entre especialistas a questão das casas operárias. Afinal, duas importantes instituições de ensino especializado haviam sido implantadas na cidade: a Escola Politécnica em 1894 e a Escola de Engenharia Mackenzie em 1896. Em verdadeira cruzada¹⁷, o artigo traz como parágrafo final a seguinte advertência:

Creemos que, com um pouco da boa vontade dos nossos governos estadual e municipal, alguma coisa se poderia fazer de serio que puzesse termos à exploração do capital sobre a economia do pobre, diminuisse a colheita diária da tuberculose e a mortalidade infantil, levantando, assim, o nível moral de uma grande parte da sociedade moderna, que constitue, justamente, os verdadeiros estelos dessa mesma sociedade.¹⁸

A preocupação com a saúde física e com os hábitos promíscuos do trabalhador, induzidos pela exiguidade do espaço de moradia, compõe a agenda administrativa desses incílios da vigência das instituições republicanas em clara sintonia dos médicos

e engenheiros sanitaristas atuantes no Brasil com iniciativas semelhantes às de outros países, como a França – cuja intervenção do Estado até 1894, ainda promulgação da Lei Siegfried, limitara-se a proibir a locação de moradias insalubres ainda apoiada em lei de 1850¹⁹. Destaca-se significativamente a dimensão disciplinar nas propostas de construção das moradias operárias. O agenciamento do espaço doméstico deveria conjugar, na obediência rigorosa aos “preceitos da hygio-technica”, a saúde física e a morificação dos hábitos dos seus moradores. Elementos imprescindíveis de qualquer moradia ganhavam importância para a “casa do proletário”, pois era voz corrente que “ao operário, ao pobre em geral, falta a instrução, falta o conhecimento dessas regras já vulgarizadas nas classes médias – a educação e a persuasão pelos *philantropos* da estoa de Miss Octavia Hill – só actuam com o tempo”. A referência a Octavia Hill, presente no relatório sobre *Habitações Populares* apresentado em 1906 pelo engenheiro civil Everardo Backheuser ao Ministro da Justiça e Negócios Internos, remeta às iniciativas de um dos esquemas filantrópicos baseados na crença do poder do meio ambiente como determinante do comportamento – criminoso no caso do pobre – corrente na Inglaterra desde meados do século XIX. Difundira-se o preceito de que a “moralidade estava intimamente vinculada à livre circulação do ar e à exposição ao olhar do público”²⁰. Havia nessas iniciativas a mescla de determinação moralizante filantrópica com as prescrições benthamitas de que o bom agenciamento do espaço induziria a comportamentos previstos e desejáveis,

sem a necessidade de passar pela aceitação racional dos seus ocupantes²¹.

As bem conduzidas iniciativas do capital privado mereceram os comentários de Backhuser ao elogiar a decisão de S. Paulo *Railway* na capital paulista, que, ao transportar gratuitamente os “materiais destinados às edificações nas circunvizinhanças de suas linhas”, assegurara, em contrapartida, “estações bem povoadas nos pontos onde se encontravam suas estações” (BACKHUSER, 1906, p. 45). As construções de vilas operárias por empresários industriais recebiam também comentários elogiosos nas páginas dos jornais paulistanos. Em 30 de outubro de 1912, *A Capital* traz matéria ilustrada por três fotografias dos bons resultados de “idéas arrojadas e iniciativas nobilitantes”, como a da construção da Villa Oriente pela Companhia Mechanica Importadora que, a seu ver, observara “todos os preceitos da engenharia sanitária”, com três e quatro dormitórios e “luz directa e abundante em todos os comodos”.

O conflito maior dar-se-ia entre a “hygiene applicada”, dos que se propunham resolver na prática o problema da moradia operária higiênica e econômica, e a “hygiene abstracta”, dos compêndios teóricos aos quais o engenheiro Victor da Silva Freire refere-se em suas críticas aos pressupostos adotados pelos autores do *Código Sanitário* de 1917. Em longo e detalhado comentário ao *Código*, Freire (1918, p. 229-355) coloca no cerne dos problemas urbanos da cidade o modo pelo qual “os Paulistas, aconselhados em nome da hygiene, se derramaram para todos os lados do ‘triangulo’ a perder de vista”, onerando

sobremaneira a administração pública com demanda de infraestrutura, e o “preço desmedidamente caro a que elevou o alojamento” ou do que deveria ser “a casa econômica”.

Na qualidade de professor da Escola Politécnica, Freire já havia dedicado aos alunos, em 1911, uma conferência sobre “Melhoramentos de S. Paulo” e em 1914 profere outra complementar à primeira – “A cidade salubre” –, ambas publicadas na *Revista Política* (1911, p. 91-145; 1914, p. 319-354). Discorrera longamente nessas conferências sobre questões relativas a intervenções urbanas, alinhando as fases de atuação do poder estadual e municipal desde 1894, ano do início dos trabalhos da Escola Politécnica. Nesse período, a seu ver, passava-se pela “phase do saneamento”, cujo esforço conjunto do governo do Estado e da municipalidade ampliara o abastecimento de água, estabelecera a rede de esgoto e realizara obras de enxugo; seguido pela “phase de methodisação do desenvolvimento desorganizado” ou de “acção de consolidação”, com obras de nivelamento, de revestimento, de arborização de ruas, de criação de jardins e de correção do traçado de ruas antigas. Chegara-se, enfim, à “phase actual” de brusco aumento de números.

Na primeira conferência (“Melhoramentos de S. Paulo”), Freire ocupa-se da “trama das aglomerações”: a distribuição do espaço coberto pelas ruas, pelas praças, pelas habitações e pelos logradouros, a eles somando a circulação. Como procedimento pedagógico, repassa experiências de muitas cidades. Da Grã-Bretanha cita a boa gestão dos municípios entregue a “homens de negocio”, dado serem, diz, “os

vereadores recrutados quase exclusivamente entre os commerciantes, industriaes e gerentes de empresas ou companhias”. Apresenta também o “systema allemão”, semelhante ao inglês, e critica o francês, sobre o qual observa a perda de tempo da Câmara daquele país em longas e estérteis discussões, em opinião semelhante à do sanitariaista francês Jules Rochard. Em defesa da manutenção da área antiga da cidade, com suas ruas tortuosas e estreitas, apoia-se em escritos de Camillo Sitte e nas reformas da cidade de Viena, e traça em torno do centro de São Paulo um “anel” como o percurso imaginado do visitante à cidade ao desembarcar na Estação da Luz. Preocupado com a relação entre hygiene, técnica e estética, afirma sua complementaridade “estabelecida desde fins do século XVIII” e conclui: “Tem as cidades interesse em serem bellas, porque não só a belleza é hygienica, não só educa e moralisa, mas enriquece: attráe o estrangeiro, diverte-o, fal-o ficar, voltar [...] é um acréscimo de negócios e lucros”.

A “architectura da habitação” é seu tema em “A cidade salubre”. Responsabiliza o homem de dinheiro, o seu compadre e um analfabeto destro na arte de fazer muros pelo péssimo estado das habitações e critica a imprecisão normativa a respeito das moradias ao jogo de “empurra-empurra” entre legisladores e técnicos. Suas críticas recaem também no polo oposto, que denomina “ponto de vista unilaterial”, dos que constroem consultando somente os tratadistas sem o estudo prévio das “nossas condições mesológicas”. Percorre novamente situações semelhantes de outros países e cidades – Inglaterra; Alemanha; Milão,

na Itália; e Barcelona, na Espanha – advogando a necessidade avaliada da interdependência “do elemento casa e do elemento rua.”

Freire não abandona sua crítica ativa em relação ao que nomeia “ponto de vista unilateral” dos “higienistas” ao comentar a *Legislação Sanitária do Estado de São Paulo sobre Habitações*, de 1917. Critica-a por ter tido só “de raspão a colaboração de engenheiro” (FREIRE, 1918, p. 229-356)²². Introduce um tema novo, o “*rendimento social*”, ou seja, a “capacidade de produção da sociedade”. Focaliza por esse ângulo as “condições de alojamento”, como “a feição social de um problema” que a seu ver devia ser encarado sempre do ponto de vista econômico, ou seja, levar necessariamente em conta “o preço desmedidamente caro do alojamento” como parte do orçamento das famílias de baixa renda em São Paulo. Só após longo e detalhado exame do custo das construções em diversos países, conclui “que constituímos um núcleo urbano de mau rendimento”, o que tornava a busca das causas e a diminuição do custo o primeiro dever do técnico. Quanto à forma de expansão da cidade, reitera a crítica da estrita obediência aos critérios “aconselhados em nome da hygiene”, resultando numa urbanização espartanada, de tal modo que a “zona urbana e a fracção já alinhada da suburbana” atinja 34.730.200 metros quadrados; em sua opinião, “o dobro do suficiente para se ter uma cidade perfeita, ideal”. Segundo ele, essa expansão desregrada tornava tudo mais caro: a moradia, o custo de vida e os gastos da municipalidade com os equipamentos e serviços públicos (FREIRE, 1918, p. 331-240 e 269). Confirmava essa posição nos comentários aos

“Códigos Sanitários e Posturas Municipais sobre Habitações”. Em suas críticas, há, para além da defesa da competência técnica dos profissionais lotados na administração municipal, um preciso posicionamento frente ao persistente conflito com os higienistas e seus rígidos preceitos teóricos.

Freire é explícito ao definir o campo de atuação do “*City planning*”, do “*town planning*” ou “urbanismo”, e cita, em apoio de sua opinião, o *City Planning Progress*, que, em 1917, regulamentara os melhoramentos e posturas para o estado de Minnesota, nos Estados Unidos. Deixa claro que a publicação não fora destinada aos afiliados do *American Institute of Architects*, mas sim preparado pelo e para o “*committee on town planning*” desse mesmo Instituto. Ou seja, como profissional do urbanismo, não só reivindicava uma Faculdade específica para o ensino da arquitetura como confirmava com esse exemplo ser o urbanismo uma especialidade “à parte da arquitectura usual como a hygiene praticante do alojamento o é da hygiene geral”. Reproduz até uma imagem bastante sugestiva cuja autoria remete a Émile Cacheux:

Até 1900, os interessados na questão “do alojamento” reuniam-se em casa dos higienistas. A partir desse ano, passaram a residir em separado. Não quer isso dizer que não continuassem a manter com os higienistas as relações mais proveitosas e cordaes. Ao contrário, continuaram-nas e conservaram-nas. Cumprimentam-se; visitam-se com regularidade. Nas reuniões dos últimos não é difícil encontrar os “salubristas”, [...] de braço dado com os que captam, filtram

e distribuem águas naturais, com os que as canalisam e depuram depois de servidas; com os que incineram resíduos sólidos recolhidos de porta em porta.

Mas todos estes que a princípio também eram inquietos dos higienistas, embora se despedissem do antigo senhorio nos bons termos [...] encontraram por último mais conveniência em se aproximar dos “urbanistas”. (FREIRE, 1918, p. 340-346).

Coerente com sua posição teórica, Freire solidariza-se com “a via pragmática”, ou seja, o “pionismo da universidade americana de Harvard”, encaminhando seus estudantes no sentido de “resolver os problemas mais prementes da nação, de preferencia ao exclusivo culto científico desinteressado e geral do classico molde europeu”. A preocupação em pensar a “cidade moderna como um organismo complexo” inserido em um “plano de expansão” e a divisão da cidade e do município em áreas especializadas significava para ele que “Temos hoje, felizmente para a sociedade, uma technica.”

A compreensão do urbanismo que adota é exposta quando comenta o curso de Arquitectura implantado em Harvard: o aprendizado profissional não se limitava ao lote, “os programas abrangem e attribuem importancia predominante á quadra, á rua, á praça, ao parque; á cidade em summa”. Seria essa “tenda”, bem delineada por Freyre, o abrigo do “regulamentador do alojamento nas cidades, o que, por dever de officio, delinea códigos sanitarios e municipaes para habitacoes particulares”. A definição de nível de especialização e competência é por ele ilustrada pela diversa organização das seções

de vários congressos: no Terceiro Congresso Internacional do Saneamento e de Salubridade da Habitação, organizado por "salubristas" em Dresden, em 1911, o Grupo A - Questões Gerais - trataria de "urbanismo puro"; já em 1913, dois anos depois, os "urbanistas" decidiram se agrupar em separado ao realizarem em Gand, em agosto, o Primeiro Congresso Internacional e Exposição Comparada das Cidades; em setembro, o Quarto Congresso Internacional de Saneamento e Salubridade da Habitação tivera lugar em Antuérpia e no mesmo mês, em Haia, aconteceu o Décimo Congresso Internacional das Habitações "*à bon marche*", com Exposição anexa e seguida da visita circulatoria às cidades Alemãs, organizada por Albrecht em Berlim". Sem dúvida, Freire queixa-se do pequeno comparecimento de profissionais brasileiros a esses congressos dos quais participara, mas neles obtivera a confirmação de que se "a 'era Victoriana' assistira à elevação da hygiene à categoria de ciencia, de corpo de doutrina à parte, presença já, antes de desaparecer, na 'cidade', ao desmembramento de um dos capitulos da hygiene que passou a enquadrar-se dentro da moldura unica de tres frisos - local, nacional e social - que constitue o 'problema urbano'" (FREIRE, 1918, p. 345-346).

Ao propor um esboço de código alternativo ao que criticava, baseia-se nas resoluções da *National Housing Conference* dos Estados Unidos, da qual teriam resultado prescrições para "*A Model Housing Law*" de 1914, uma substituição aperfeiçoada à lei de 1901 sobre habitações coletivas. Seguem-se páginas e páginas em que discorre sobre situações semelhantes de cidades em vários países e da capital paulis-

ta. Apresenta programas construídos de habitações de várias cidades norte-americanas e europeias, dos quais detalha as formas como as moradias foram inseridas em lotes e em quadras de diversas proporções.

Quero, portanto, chamar atenção para a forma como Freire elabora seus argumentos configurando um procedimento protocolar de longa duração que consta da maioria dos escritos de urbanistas como prática corrente: trazer para o debate e utilizar em apoio de suas propostas modelos e exemplos de experiências já realizadas em outras cidades do país e do estrangeiro. Esse procedimento corrobora a opinião de Calabi quanto a ser o urbanismo uma disciplina eminentemente operativa, aspecto que merece destaque, pois esse procedimento tem sido considerado pelos estudiosos da história do urbanismo como prática de importação, transferência ou transposição de legislação e modelos estrangeiros, bem ou mal adaptados a situações brasileiras. Na verdade, constitui procedimento de larga utilização por profissionais em vários países e traria como exemplo a já citada *Encyclopédie d'Hygiène et de Médecine Publique* (1891), dirigida por Jules Rochard, assim como seu *Traité d'Hygiène Sociale*, publicado em 1888. Importa, assim, sublinhar ser esse um procedimento constitutivo da própria tessitura da argumentação, na qual à exposição do conhecimento especializado soma-se a avaliação dos bons ou maus resultados obtidos com projetos já implantados. Trata-se de prática apoiada em artigos, livros, legislações, atas de exposições e de congressos e, também, na participação em conclave internacionais que se multiplicam entre finais do século XIX e início do XX,

congregando profissionais interessados em debater e partilhar soluções para as mesmas questões relacionadas a intervenções urbanas e moradias operárias, em grande parte apoiados na "questão sanitária" como eixo constitutivo do urbanismo.

Em 1925, a Lei nº 2.121, de 30 de dezembro, aprova o Decreto nº 3.876, de 11 de julho daquele ano, e reorganiza o Serviço Sanitário do Estado e repartições dependentes, modificando a forma de se pensar a relação com a população. A longa lista de profissionais do Artigo 2 dá conta da ampliação e do detalhamento das funções especializadas. Estipula a competência e a responsabilidade de cada Seção e Inspeção em seus procedimentos de supervisão da área que engloba serviços de farmácia, de distribuição de alimentos e de profilaxia de doenças contagiosas. Traz modificações ao *Código Sanitário* com ênfase especial na "propaganda sanitaria e educação de hygiene", supervisionadas pela Inspeção de Educação Sanitária que, por sua vez, seria apoiada nas tarefas cotidianas pelos Centros de Saúde e por educadores sanitários²³. Em maio de 1931, o *Primeiro Congresso de Habitação de São Paulo*²⁴ trataria da questão da moradia, em especial da "habitação operária" ou "habitação popular", ou ainda "a casa econômica". O Congresso recebeu ampla e otimista cobertura da imprensa paulistana que transcreveu textos e entrevistas dos participantes, inclusive dos debates entre ideias diferentes. As avaliações sobre as condições sanitárias das moradias são mantidas no quadro teórico como "medida de hygiene pública" e acrescenta-se a questão da redução dos custos, tema já abordado em 1914 por Victor Freire.

() tema “cortijos” e “porões insalubres” permeia como um dos eixos dos problemas urbanos e constitui o tema desse *Congresso de Habitação* organizado pela Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia, que definiu a questão de maneira a englobar “os menos favorecidos”, “a classe obreira” e “os proletários de gravata”. O engenheiro-arquiteto, professor e criador Alexandre de Albuquerque, organizador do Congresso, retoma no discurso de abertura os argumentos de que é “da vida promiscua que sahe um corso de pervertidos, de delinquentes cortejado por moléstias terríveis”. Sua posição busca definir uma diretriz para os debates:

“Nossa Casa” [...] Queremos a mais san, mais alegre, mais economica. Modificam-se os materiaes e os processos de construcção; balam-se velhas concepções de pudor e rigidos costumes de nossos antepassados; ancea-se por uma nova esthetica.

O velho refrão sobre o contraste entre a “casa iluminada pelo sol onde a humanidade desenvolve-se para o progresso constante e o bar onde a escuridão propicia a vida microbiana” é assim proposto como preocupação central para que se propusesse a “casa economica, com redução do custo sem prejuizo das condições geraes de hygiene”. Apresentava-se, de certo, como questão “particular dos seus habitantes” e, no entanto, devia “ser encarada do ponto de vista social”, dado propiciar “o desenvolvimento da raça”, acrescentando ao vocabulário técnico uma expressão característica do pensamento nacionalista am-

plamente difundido naquele período²⁵. Preocupação retomada pelos congressistas no decorrer das sessões nas quais são comuns afirmações tais como preparar a “cellula mater das raças fortes”, “amparar e melhorar a sorte das classes obreiras [...] a reserva physica da nacionalidade”²⁶.

As soluções propostas para o problema da “casa mínima” ou “habitações economicas” mantêm o tom da linguagem técnica nas medidas a serem adotadas. Alertam, contudo, o profissional para sua “responsabilidade de formador do ambiente moral”. Embora a participação de engenheiros e arquitetos seja majoritária, há ainda a presença ativa de médicos sanitaristas, como o Dr. Americo Pereira da Silva, que elogia a iniciativa do Instituto de Engenharia e da municipalidade paulista pela organização do Congresso. Mantém, entretanto, suas palavras fincadas no campo conceitual do sanitarismo:

A expansão das cidades e dos povoados devem obedecer a um plano de conjunto previamente estudado e organizado de acordo com a topographia e com as sugestões da engenharia sanitaria. As leis de desapropriação por utilidade publica devem ser modeladas para que os casos de desapropriação por insalubridade ou para salubridade publica sejam devidamente atendidos.

Sua proposta de um “tipo racional de habitação”, isolada e estruturada no “systema crucial” a partir das noções de clima tropical, aeração e ação solar, maninha o ponto de vista de que “o tipo de habitação preconizada por architectos e hygienistas brasi-

leiros” constituía a solução para o “saneamento das cidades”, embora reconhecesse ter o problema da “hygienisação dos nucleos urbanos avançado para coisas mais complicadas, a cujo conjunto se deu o nome de URBANISMO” (CONGRESSO DE HABITAÇÃO, 1931, p.150).

As três “theses approvadas e assentadas” expressam, segundo o engenheiro Henrique Doria em entrevista ao *Diario de S.Paulo* de 5 de junho de 1931,

as idéias acceitas por quasi a unanimidade da classe dos engenheiros e a linha geral dos trabalhos apresentados pelos congressistas em suas discussões e propostas de plantas para casas economicas, seguindo sugestões das “associações técnicas” presentes às reuniões.²⁷

São prescrições quanto ao “maior aproveitamento da luz solar e circulação do ar como complemento da arquitetura”, à “utilização racional e econômica dos materiais e das técnicas construtivas”, e à adoção de cidades-jardins para as casas populares. O argumento novo nos debates refere-se à insistente preocupação com a redução dos custos das construções, ou seja, a “orientação racional a seguir” e, para tanto, são definidos **tipos** de habitação, padronização e especificação dos materiais. Novamente a faceta pragmática pontua a noção de “especificação no seu verdadeiro sentido” ao enfatizar ser “não norma academica, elaborada no escriptorio, mas o fructo da collaboração de todos os interessados, que possa ser applicada na realidade”, “não especificação especifica, mas especificação *standard*” (CONGRESSO DE HABITAÇÃO, 1931, p. 257).

O campo conceitual dos congressistas mantém uma estrutura em que se aliam noções sanitárias e de engenharia civil conjugadas a questões administrativas, já que o congresso conta com a organização, o estímulo e a participação das autoridades municipais, muitas das quais têm formação em engenharia. Ou seja, o vínculo entre o vocabulário dos especialistas e o dos administradores públicos persiste numa rede em que termos teóricos e conclusões de experiências realizadas compõem o léxico das propostas dos “me-lhoramentos” da cidade. Porém, a leitura das teses aprovadas mostra um nítido afastamento do estrito vocabulário higienista e a reiterada utilização de termos técnicos da engenharia e da arquitetura.

Uma rápida trajetória pelo urbanismo em formação no século XIX

Um expressivo diálogo entre especialistas de diversas nacionalidades e formações – médicos higienistas, engenheiros sanitaristas e legisladores – dá lugar, no decorrer do século XIX, a um “saber atuar” sobre a materialidade dos núcleos urbanos e sobre o comportamento do cidadão, constituindo um campo de ação especializado. Não há para cada uma dessas especialidades um desenvolvimento interno próprio. A formação técnica dos especialistas constitui-se a partir de elementos que se cruzam com questões filantrópicas, religiosas e morais, tecendo um complexo campo de conceitos e de “pré-conceitos”. Começos plurais e resistentes à definição de um marco inicial

dessa prática tornam pouco consistente a busca de uma pretensa “origem”. A multiplicidade constitutiva desse saber dá-lhe particularidade, impõe a recusa a uma história linear e faz-nos concordar com o arquiteto Bernardo Secchi quando afirma: “Considerar o urbanismo como um conjunto de práticas e de saberes que não têm arquitetura evidente e se constrói de maneira fragmentária, deixando vazios, é uma forma de religá-lo à sua história” (SECCHI, 2006, p. 47).

A coparticipação dos saberes do médico e do engenheiro nas primeiras intervenções nas cidades no século XIX encontra na conjunção industrialização e crescimento demográfico sua explicação mais evidente e sempre repetida nos trabalhos dedicados às transformações urbanas e à formação do urbanismo, ou mesmo à história das cidades. Neles, os problemas derivam das más consequências do sensível adensamento da população em territórios urbanos restritos. Essa determinação mecânica pode ser questionada com a análise do filósofo François Béguin, quando interpõe ao par densidade demográfica e industrialização um elemento-chave catalisador: o recrutamento de epidemias mortais na Europa nos anos 1830²⁸. Sem desprezar a relação industrialização-crescimento demográfico, Béguin sublinha a importância crucial da eclosão de epidemias, nas décadas de 1830 e 1840, para a conscientização dos problemas sanitários e a formulação de uma prática intervencionista governamental nas cidades, prática apoiada nos saberes da medicina e da engenharia (BÉGUIN, 1931)²⁹. No início da década de 1980, também o historiador Alain Corbin estabelecia a conexão entre doença e in-

tervenção urbana pelo eixo da percepção olfativa relacionada ao odor das espécies mórbitas detectadas por médicos, ainda na década final do século XVIII (CORBIN, 1982)³⁰.

O impacto causado na França e na Inglaterra pela epidemia de cólera em 1831, cujo alto potencial de morte entrara pelo porto de Marselha e atravessara o continente europeu até cidades da Rússia e da Inglaterra, foi estudado por Béguin, que expõe uma mudança fundamental na forma de “ver” as cidades³¹. A última epidemia de cólera atinge a Inglaterra em 1866, momento em que eram tomadas as primeiras medidas legislativas sanitárias sérias com vistas a regulamentar as moradias. Países que se consideravam imunes às epidemias dobraram-se à evidência da ameaça do cólera e do tifo que dizimaram parte significativa das suas populações. Só “depois da onda emotiva suscitada pelas epidemias, como a de 1831, começam na Inglaterra (por volta dos anos 1840) as primeiras pesquisas públicas sobre as condições sanitárias das fábricas, das ruas, das moradias e da população” (CALABI, 2000, p. 82; BÉGUIN, 1991).

A escolha do advogado Edwin Chadwick para a coordenação das pesquisas das quais resultaram o *Report on the Sanitary condition of the labouring population of Great Britain*, de 1842, e o *First report for inquiring into the state of large towns and districts of London*, de 1844, deveu-se em grande parte à sua experiência anterior quando, em 1832, foi designado para compor a comissão de revisão das *English Poor Laws*, da qual resultou o *Poor Law Report*, de 1834³². Pesquisas e documentos parlamentares revelaram as

péssimas condições sanitárias e materiais dos bairros pobres: em ruas, casas e pátios internos, lixo e sujeira amontoados, misturados à lama acumulada nas ruas mal pavimentadas ou, em sua maior parte, destituídas de pavimento. Ao reconhecer o pioneirismo da Inglaterra na adoção dos princípios da “higiene”, o médico Jules Rochard fornece informações sobre a atuação do poder público nessa área: nenhum dispositivo (*ordonnance*) de polícia local prescrevia a obrigação de cuidar desses bairros pobres. As leis – *Towns Improvement clauses Act* e *Commissioners clauses Act*, de 1847, e *Public Health Act*, de 1848 – buscavam vencer resistências de proprietários e dos diretamente interessados, os pobres. Citou-se a administração sanitária central – *General Board of Health* – para supervisionar a aplicação das leis sanitárias em toda localidade na qual um decímo dos contribuintes as solicitassem ou que apresentasse alto nível de mortalidade (ROCHARD, 1891, p. 21-23).

Boa parte da orientação da política sanitária formulada e aplicada na Inglaterra deveu-se a Chadwick. Convicto adepto das ideias do economista David Ricardo e do filósofo radical Jeremy Bentham, de quem foi, inclusive, secretário, ele computou os custos da epidemia em mortes de adultos e ausências no trabalho e tornou-se ferrenho defensor da adoção de medidas sanitárias preventivas, considerando-as menos onerosas para os gastos públicos e privados. Suas pesquisas confirmaram teorias médicas de finais do século XVIII e início do XIX ao demonstrar a evidente correlação entre ambientes malsãos (águas estagnadas, lixo acumulado e as péssimas condições do *habitat* da população pobre e trabalhadora) e

a doença e definiram a parceria duradoura entre o médico – no cuidado dos corpos – e o engenheiro – nas ações de saneamento urbano. A ação desses especialistas combinava a inspeção dos bairros e das moradias onde a doença fazia mais vítimas com a composição de mapas, transcrição que, ao abstrair a materialidade da cidade, tornava possível reduzir o ambiente a dados técnicos e traçar rotas de intervenção apoiadas em preceitos sanitários.

Ao afirmar que, no começo do século XIX, muda a relação entre o poder central e o poder local, dada a intensificação das preocupações com as condições sanitárias das cidades, Calabi também considera o *Public Health Act*, de 1848, uma vitória do movimento de reforma do ambiente urbano na Inglaterra resultando na formação de 183 entidades locais. Alguns anos depois, o *Metropolitan Management Act*, de 1855, instituiu em Londres o *Metropolitan Board of Works*, ao qual se atribuiu a tarefa de projetar e controlar a rede de esgoto, a distribuição de água e a iluminação pública, bem como a reforma, a pavimentação e a manutenção das vias públicas. A esses dispositivos legais veio se somar o *Public Health Act*, de 1875, que se tornaria referência para os regulamentos de higiene em vários países da Europa. O *Housing Act*, de 1890, completava o conjunto de leis inglesas ao tornar obrigatória a apresentação de relatórios sobre os bairros e moradias considerados malsãos e atribuir aos médicos higienistas autoridade para decidir a interdição e a demolição de toda edificação que apresentasse perigo para a saúde pública. Esse conjunto de medidas levou o médico Jules Rochard a elogiar as medidas adotadas

pelas autoridades inglesas – a eliminação de 30 mil fossas fixas, a implantação do sistema interceptor dos esgotos e a criação dos reservatórios de água – e a avaliar os bons resultados do exemplo inglês, que se espalharam por outros países europeus e difundiram práticas sanitárias em várias cidades:

[em Paris] Os engenheiros puseram abaixo colinas [...] [quanto] aos trabalhos de canalização subterrânea [...] Londres dá o exemplo do sistema dos esgotos interceptadores ou coletores que, imediatamente, foram adotados em Paris. [...] Berlim imagina o *sistema radical* que permite dividir as obras por bairros [...] Bruxelas (1867) fez sua rede de esgotos. [...] Dantzig, Breslau, Hamburgo e Frankfurt completaram entre 1869 e 1880, obras com vistas a evacuar as inundações [...] É também nesse período que se desenvolve a idéia da canalização dupla (*Separate-System*) [...] (ROCHARD, 1891).

Jules Rochard completa seus comentários definindo com clareza quais critérios estariam modificando o significado da noção estética do belo:

Em suma, a segunda metade deste século foi assinalada por um remanejamento energético das cidades e de seus subsolos com vistas à higiene. Elas talvez tenham perdido algo de seu pitoresco, mas ganharam, como é correto e inevitável, em beleza real, se pensarmos que a beleza implica em limpeza.

[...] Essas reformas não poderiam ser executadas sem sérias modificações da superfície do solo. (ROCHARD, 1891, p. 23-25).

As informações fornecidas pelo Dr. Rochard incluem as cidades maiores da costa leste da América do Norte, sublinham a importância fundamental de se prosseguir na adoção das prescrições da higiene social e alertam para os perigos de não as levar em consideração (ROCHARD, 1891, p. 43). Associar o qualificativo social à noção de higiene significava deslocar a questão do corpo dos indivíduos para o “corpo coletivo” da sociedade, movimento cujas significativas implicações político-filosóficas forneceriam a base conceitual para uma das vertentes do pensamento urbanístico (CHOAY, 1997). Como higienista, Rochard discordava daqueles que definiam a cidade como “um fato artificial” ou artefato, considerando-a “um ser coletivo gigantesco” cujas demandas de água pura, alimentação e eliminação das excreções pediam modificações por vezes violentas nos meios naturais e tornavam imprescindíveis uma “higiene especial”. Reafirmava a base interdisciplinar do higienismo e aproximava-se de modo indireto das concepções benthamitas a respeito da necessidade de um Estado autoritário e eficiente ao postular, em 1888, no *Traité d’Hygiène Sociale*: “As nações têm como maior interesse a saúde pública; a higiene é, pois, a ciência social por excelência. A ela dizem respeito todos os problemas que concernem à vida dos povos. Ela mantém conexões diretas com a administração e a economia política”. Em suas considerações surge evidente a dimensão psicológica diferenciada do habitante dos grandes núcleos urbanos, em percepção aproximada a de Georg Simmel alguns anos mais tarde³³, e alertou o profissional a “jamais perder de vista as disposições psicológicas dos citadi-

nos, sua existência agitada e mais intelectual do que física, suas paixões, a natureza e multiplicidade de suas relações que dispersam os contatos”. É na questão física de grande número de indivíduos reunidos num mesmo espaço que a necessidade da higiene aparece como instrumento eficaz para desfazer “os lugares (*foyers*) propícios à infecção” (ROCHARD, 1891, p. 3).

Nesse mesmo período, pesquisas e medidas de intervenção nos espaços urbanos de uso público, bem como relativas às casas dos trabalhadores, abrangem cidades da Holanda (Amsterdã, Haia, Utrecht, Delft); da Alemanha, onde o médico Rudolf Virchow, ao interpretar as conclusões de Chadwick, responsabilizou a pobreza e a fome pelas doenças epidêmicas, despertando, na década de 1870, o interesse de profissionais que se tornariam urbanistas famosos, como Franz Adickes e Joseph Stübgen, entre outros; da França, país no qual a administração pública toma medidas no sentido de melhorar a infraestrutura urbana que, nos cerca dos vinte anos do Segundo Império, receberia atenção especial como parte das “grandes obras” do Prefeito Hausmann; da Itália, onde os componentes do quadro técnico cultural seriam responsáveis pelo saneamento de Nápoles e pelo Código de Higiene e Saúde Pública de 1888. A “idéia sanitária” assume importância tamanha para os executores desse amplo painel de pesquisas, intervenções e medidas legais, que Donatella Calabi afirma ter-se a higiene constituído na chave de leitura dos problemas da cidade e do território. Trata-se de uma revisão funcional do espaço urbano e da formulação de modelos com essa finalidade (CALABI, 2000, p. 82-89).

A higiene passava a receber as designações “higiene social”, “medicina pública” e “higiene urbana” para diferenciá-la da “higiene rural”. Definia-se como disciplina pragmática, nova e entrelaçada ao urbanismo em formação; suas prescrições predominavam nas pesquisas e intervenções em cidades no final do século, sempre fiéis à aspiração de manter a salubridade “natural” e à intenção de educar os homens no cuidado de si e do meio ambiente. Tanto no *Traité d’Hygiène Sociale*, de 1889, como na *Encyclopédie d’Hygiène Sociale* ou na de *Médecine Publique*, de 1891, Jules Rochard define de modo explícito, não só a compreensão dessa nova área de atuação e a obrigatoriedade dos poderes públicos em tomar medidas para assegurar a saúde pública, como estipulava ser a higiene um domínio de conhecimento cuja aplicação prática tinha limites: “os tratados de higiene não podem [para os poderes públicos] lhes servir de guia, pois neles as questões são tratadas de um ponto de vista puramente científico. Mostra-se o objetivo a atingir sem tratar dos meios, sem levar em conta os obstáculos.” (ROCHARD, 1889)³⁴.

A lenta aceitação dos preceitos de higiene pública e privada nas sociedades europeias devia-se, a seu ver, em boa parte, à posição daqueles que, instruídos, teriam plenas condições de compreender a importância das medidas de “profilaxia sanitária”, “as classes altas da sociedade e os que ocupavam cargos oficiais”, e que, contudo, consideravam ser a higiene um luxo impossível para os pobres. Esses, por sua vez, permaneciam indiferentes às questões de higiene, habituados a defecar em plena rua e a depositar excrementos em montes de lixo acumulado; hábitos a serem erradicados e que in-

dicavam a importância da educação e os esclarecimentos a serem transmitidos a essa parcela da população. Como médico sanitaria, não poupa palavras na intenção pedagógica de explicitar os assuntos abordados em seus estudos e ao sublinhar a necessidade de provar a todos que “os interesses das populações estão unidos entre si por estreitos elos de solidariedade”;

Buscar os meios de diminuir a mortalidade, dado que a natalidade nos escapa, e, portanto, sanear nossas cidades, fornecer às classes trabalhadoras uma alimentação suficiente e moradias salubres; educar as crianças de modo a desenvolver a resistência de nossa raça e preservar as populações das doenças que as dizimam: tais são os temas que aqui passei em revista sucessivamente. (ROCHARD, 1888, PREFÁCIO P. II-III).

A plena convicção de Jules Rochard quanto à importância dessa nova área de atuação era confirmada, a seu ver, em virtude de o ministro do comércio da França ter incluído a “economia social” na Exposição Universal de 1889. Esse reconhecimento enfatizava sua condição de “ciência totalmente nova” formada pela colaboração do “movimento das artes, das ciências e da indústria, reunindo economistas, físicos, químicos e fisiologistas” em continuidade aos estudos que, no decorrer do século XVIII, mereceram a atenção de “uma plêiade de homens de saber”. Se, diz ele, ao enfrentar resolutamente “o estudo dos problemas sociais” os higienistas viram-se taxados de “utópicos”, o tempo acabara por evidenciar o engano de seus críticos e

confirmara que “não há questão social que não esteja relacionada a uma questão de higiene”.

Enfatizo o modo como em seus estudos entreteja-se a ampla colaboração, direta ou indireta, de estudiosos de várias áreas, dada a complexidade dos problemas a serem enfrentados. Em suas palavras, só quando

os médicos chamaram para ajudá-los engenheiros, arquitetos, físicos e químicos, e a administração constituiu comitês e conselhos nos quais todas as competências se reuniram, a higiene começou a pisar no terreno das questões práticas.

Nada estava, porém, resolvido de modo completo; a luta mostrava-se árdua e concessões deveriam ser feitas. A lucidez com que visualiza a tensão entre médicos, em busca de “um ideal por vezes bem custoso”, arquitetos, em busca da elegância e da dimensão decorativa de suas construções, e os limites impostos pelo orçamento das municipalidades o leva a projetar de modo claro a questão da funcionalidade, ou seja, a obediência às prescrições da higiene “sem exageros arquitetônicos”. Afinal, diz ao alertar o poder municipal para o descompasso do projeto arquitetônico de uma escola e sua finalidade: “é inútil construir um palácio para crianças cujos pais moram em casbres.”

Em seu entusiasmo e otimismo Rochard profetiza: “antes de vinte anos, os cursos de higiene terão lugar em todas as faculdades e será necessário ampliar os anfiteatros.” Prevê a inserção nos cursos de medicina de uma disciplina específica para as questões de hi-

giene e sanitarismo e, até, acredita que essas questões viriam a ser consideradas como “ciência em si”. Sua longa experiência como médico sanitaria de portos na França e a total sintonia com os conhecimentos da área concediam-lhe autoridade para afirmar que “a higiene tem sobre a terapêutica a vantagem de agir com um grau de certeza muito maior”, já que, tomadas as devidas precauções relativas ao saneamento do meio ambiente, seria “muito mais fácil impedir cem pessoas de cair em doentes do que cuidar de uma só doente”. Utiliza o procedimento protocolar de comparar a França com outros países e diz que se lá a higiene havia feito seu trabalho do ponto de vista teórico, sua aplicação prática estava atrasada em relação “à maioria das nações civilizadas”. Em avaliação próxima à de Victor da Silva Freire no início do século XX, considera que nomear comissões, realizar inúmeras conferências, discussões a perder de vista significava “agitar-se no vazio”, enquanto em outros países aplicavam-se as medidas cuja utilidade teria sido demonstrada por eles, os franceses (ROCHARD, 1888, p.1-2 e 15-21).

Trata-se, portanto, de um demorado processo de implantação de dispositivos da higiene e do saneamento cujos preceitos formam, no decorrer do século XIX, um campo de práticas no entrelaçar de saberes, que se torna mais atuante entre 1859 e 1913. Constituíam-se os instrumentos bem definidos de atuação: lotçamento, regulamentação da tipologia viária e edilícia, alinhamentos, afastamentos, normas higiênicas (sanitárias) e de prevenção e controle de incêndios, relações entre as esferas pública e privada, zoneamento, medidas que, a meu ver, transcrevem preceitos das

propostas de Jeremy Bentham e incluem a supervisão vigilante dos hábitos da população pobre. A formação de uma prática de intervenção difunde-se por meio de variados canais, como afirma Calabi:

a bagagem de conhecimentos e de experiências dos primeiros estudiosos dos problemas da cidade, a dos especialistas, é debatida e transmitida dando lugar a um corpo disciplinar mais ou menos especializado, restrito a um pequeno número de pessoas que constitui a cultura urbanística da época. (CALABI, 2000).

Forma-se uma espécie de sociedade urbanística internacional, ativa e atuante na propagação do próprio âmbito operacional e na organização de situações de trocas e de confrontos. Passa-se do levantamento de questões cruciais à circulação dessas questões: uma “Internacional do Urbanismo” na qual concorrem as diversas visões nacionais.

A dimensão internacional [diz a autora] se torna crucial no sentido de que pela primeira vez permite a constituição de um sentido de comunidade profissional que ultrapassa as fronteiras nacionais: permite a circulação das experiências, as tentativas de fundar uma linguagem comum e construir uma rede de consultores aos quais se recorre, quando necessário. (CALABI, 2000, p. 82-83; PICCINATO, 1974, p. 542 *ET SEQ.*).

As visitas a cidades e os relatórios de viagem fundamentam informações: congressos, seminários e as primeiras revistas de urbanismo assim como as Exposi-

ções Universais dão livre curso às ideias e ao debate; sistematiza-se o saber acumulado, as teorias, os estudos históricos e a produção de manuais; formam-se associações profissionais de engenheiros e arquitetos, com participação ativa na elaboração de regulamentos e leis. Por se tratar de uma disciplina operativa, a ampla difusão de conhecimentos permite a comparação de experiências, de problemas e suas respectivas soluções, que ganham espaço crescente nas Exposições Universais, como as de Paris em 1889 e 1900, e de Chicago em 1893, e nos congressos de arquitetura, como os de *Art Public*, de Bruxelas, em 1898 e 1910, de Paris em 1900, e de Liège em 1905, nos quais já se expressa a preocupação com a preservação ambiental e com os monumentos históricos. Temas setoriais assumem importância: jardins, transporte público, ferrovias, aquedutos, esgotos, canais e moradias (CALABI, 2000, p. 22).

Nos anos próximos a 1910, a maturidade do debate internacional centra as preocupações urbanísticas de modo mais sistemático nas questões relacionadas à moradia, ao trânsito, às áreas verdes e às grandes cidades. Confrontam-se propostas de soluções para situações geográfica e historicamente diferentes em debates já específicos do urbanismo. Calabi lista uma longa sequência de exposições nacionais e internacionais, bem como publicações de periódicos especializados, manuais, propostas e modelos de intervenção e expansão de cidades nas quais os *topoi* conferem evidente destaque para a constatação de que “a cidade está doente”. Os lugares onde a patologia se manifesta são sempre as moradias operárias e dos pobres em geral, os locais de trabalho e o transporte em seu

translado do centro à periferia, *topoi* que constituem os pontos privilegiados para a observação e a tomada de decisões sobre as intervenções urbanas³⁵.

Em suma, o eixo sobre o qual desenvolvemos nossa pesquisa, e este artigo como recorte do seu tema, enfatiza a fundamental importância de entender a formação e o posterior desdobramento da disciplina Urbanismo como campo de debate e conflitos, corpo de conhecimentos constituído por ideias, projetos e práticas propostos por especialistas de formação e de proveniência nacional diversa a partir de problemas pontuais compartilhados pelas cidades em expansão. Nesse sentido, enfatizo a aceção universal da formação dos saberes, ou campos de conhecimento, e a multiplicidade de saberes que se entrecruzam na base do Urbanismo dando forma a uma disciplina operativa. A persistente presença desses problemas em inúmeras cidades contemporâneas indica ser essa uma história que não alcançou e talvez nunca alcance seu fim³⁶.

Maria Stella Bresciani

Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade (CIEC-U/NIC/AMP). Este texto é parte da pesquisa apoiada por Bolsa Produtividade do (CNPq) e do projeto temático da FAPESP – *Saberes cruciais e críticos na configuração do espaço urbano*. (Instituto de São Paulo, séc. XIX-XX)

Agradeço à Marisa Carpinheiro e à Josianne Caracasli pela leitura atenta e sugestões fundamentalmente para este artigo. A elas devo a disponibilização de vários documentos, que compuseram meus teses de mestrado e doutorado, e momentos preciosos de exposição de ideias e debate. Agradecimento extensivo, mais uma vez, à Márcia Roxara e seu olhar vigilante às notas e à clareza da redação. Agradeço também a generosidade de Maria Cristina Lemle por ter cedido vários dos documentos do acervo por ela organizado para a composição da parte referente à São Paulo do livro *Urbanismo no Brasil, 1965-1965*.

Referências bibliográficas

- _____. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, p. 35-68, 1985.
- _____. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
- _____. Permanência e ruptura nos estudos da cidade. In: FERNANDES, A.; GOMES, Marco Aurélio F. (Orgs.). *Cidade & História*. Salvador: Ed. da UFBA, 1992. p. 11-26.
- BUTLER, Rémy; NOISSETTE, Patrice. *Le logement social en France*. 1815-1981. De la cite ouvrière au grand ensemble. Paris: Maspéro, 1983.
- CALABI, Donatella. *Il "male" città: diagnosi e terapia, didattica e istituzioni nell'urbanistica inglese del primo '900*. Roma: Officina Edizioni, 1979.
- _____. *Storia dell'urbanistica europea*. Questioni, strumenti, casi esemplari. Turim: Paravia Scrittorium, 2000.
- _____. (Org.). Antologia de textos de Reinhardt Baumeister, Joseph Stüben, Cornelius Gurlitt e Rud Eberstadt. In: PICCINATO, Giorgio. *La costruzione dell'urbanistica: Alemanha, 1871-1914*. Roma: Officina Edizioni, 1974.
- CAMPOS, Cristina de. A promoção e a produção das redes de águas e esgotos na cidade de São Paulo, 1875-1892. *Anais do Museu Paulista*. História e Cultura Material, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 189-283, jul./dez. 2005.
- CARPINTÉRO, Marisa Varanda T. *A Construção de um Sonho*. Os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- CERASOLI, Iosiame. *A Grande Cruzada: os Engenheiros e as Engenharias de Poder na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de medicina popular e das ciências acessórias para o uso das famílias*... 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.
- CHEVALIER, Jacques; COCHART, Dominique (Orgs.). *La Société. Um sentiment républicain?* Paris: PUF, 1992.
- CHOAY, François. O Urbanismo em Questão. In: _____. *O Urbanismo*. Utopias e Realidades. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. (1. ed. Seul, 1965).
- CONGRESSO DE HABITAÇÃO, I., maio de 1931, São Paulo. *Anais*... São Paulo: Publicação Oficial, Lyceu Coração de Jesus, 1931.
- CORBIN, Alain. *Le miasme et la jonquille*. L'odorat et l'imagerie social. 18e-19e siècles. Paris: Aubier, 1982. (Publicado no Brasil pela Companhia das Letras em 1987 com o título *Saberes e Odores*. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX).
- CORDEIRO, Simone Lucena. *Moradia Popular na Cidade de São Paulo - Projetos e Ambições* (1930-1940). 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.
- CORREIA, Telma de Barros. *A Construção do Habitat Moderno no Brasil - 1870-1950*. São Carlos: RIMA, Fapesp, 2004.
- DIAS, Márcia Lucia Rebello. *Desenvolvimento Urbano e Habitação Popular em São Paulo*. 1870-1914. São Paulo: Nobel, 1989.
- HANCKEUSER, Everardo. *Habitaciones Populares*. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.
- HÉC, Clette et al. (Orgs.). *Philanthropies et politiques sociales en Europe* (XVIII^e-XX^e siècles). Paris: Anthropos, 1994.
- HÉGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. *Espaço & Debates*, São Paulo, ano XI, n. 34, p. 39-54, 1991. (Publicação original: Murard, Lion; Zyberman, Patrick (Orgs.). *L'haleine des faubourgs*, Ville, habitat et santé au XIX^e siècle. *Recherches*, Paris, n. 29, p. 395-422, déc. 1977).
- BENTHAM, Jeremy. *The Panopticon Writings*. Londres-Nova York: Verso, 1995.
- BLAY, Eva. *Eu não tenho onde morar*. Vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.
- BONDUK, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. Arquiutura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade; Fapesp, 1998.
- BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 34, p. 10-15, 1991.
- _____. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: _____. (Org.). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Ed. UGRS; UNESCO; MOST; CNRS, 2001.